Educação infantil e o cenário histórico-econômico da sociedade capitalista

Jani Alves da Silva Moreira
Angela Mara de Barros Lara

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MOREIRA, JAS., and LARA, AMB. *Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001)* [online]. Maringá: Eduem, 2012. Educação infantil e o cenário histórico-econômico da sociedade capitalista. pp. 29-74. ISBN 978-85-7628-585-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE I

EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Esta parte tem como objetivo compreender a Educação Infantil e o cenário histórico-econômico da sociedade capitalista na qual está inserida essa primeira etapa da Educação Básica. Para tanto, apresenta-se a construção de um referencial teórico para fundamentar as análises das representações históricas que serão evidenciadas e abordadas. A articulação entre a esfera universal e a particular é necessária para desenvolver o tema proposto, e é imprescindível que nessa articulação se compreendam as orientações macroeconômicas do capitalismo monopolista no qual a Educação Infantil está inserida. Sendo assim, faz-se necessário diferenciar os diversos enfoques que definiram os rumos do atendimento à infância⁴ no contexto das transformações sociais.

4 Em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais que marcaram a era industrial capitalista no século XIX, a infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no Mundo Ocidental. “A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (RIZZINI, 1997, p. 24).

A definição do termo Educação Infantil no sistema educacional brasileiro é recente. Esse termo é utilizado para delimitar a primeira etapa da Educação Básica⁵, responsável pela educação das crianças de zero a cinco anos. Para os que pesquisam sobre a infância, a utilização desse termo enquanto etapa para definir a educação da criança pequena diz respeito a uma constante explicitação de seus contornos e limites no campo que envolve a pesquisa sobre a infância tomada como objeto por diferentes campos do saber científico, como as áreas da saúde, do direito, do trabalho, da sociologia, da história, da antropologia e das ciências humanas e sociais, incluindo a demografia, a arquitetura, as artes, as letras, o serviço social, a linguística, a educação física e a área educacional, as quais também têm a infância como objeto de estudo e campo de intervenção (ROCHA, 1999). Desse modo a Educação Infantil, ao basear-se nessas diferentes áreas do conhecimento, torna-se um campo específico de conhecimento, constituindo a Pedagogia da Educação Infantil⁶.

Um fator importante é a diferenciação entre os termos *infância* e *criança*. Na compreensão de Kuhlmann Júnior (1998), a *criança* é o ser totalitário, que participa das relações sociais mediante um processo que não é só psicológico, mas

5 No Brasil, especialmente após a Constituição de 1988, designa-se a Educação Infantil como o nível educacional que antecede o Ensino Fundamental (de 7 a 14 anos), e que se dá em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos). Também a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica no sistema educacional brasileiro.

6 Sobre o estado da arte das pesquisas sobre a infância no Brasil, recomenda-se ver o estudo de Eloísa Acires Candau Rocha (1999), que realizou sua tese de doutorado tendo como objetivo investigar a trajetória recente das pesquisas sobre Educação Infantil e seu processo de consolidação como um campo de conhecimento particular. Kuhlmann Júnior (1998) também expõe um panorama de abordagens, fontes e problemas relativos às pesquisas sobre as crianças considerando-as historicamente em seu processo de interação social e desenvolvimento pessoal.

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

também social, cultural e histórico, pois ela se apropria de valores e comportamentos próprios de seu tempo e lugar, já que as relações sociais são parte integrante da criança e de seu desenvolvimento. Por sua vez, o termo *infância* é considerado, segundo o autor

[...] como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras da história (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 31).

O enfoque nas discussões que se seguem a respeito da Educação infantil considera a criança como sujeito histórico, porém essa compreensão exige entender o processo histórico numa amplitude complexa, ou seja, perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, expressam a inevitabilidade da história, e que nessa dinâmica elas se fazem presentes nos seus mais diferentes momentos.

O sistema educacional brasileiro, constituído de diferentes dimensões, tem a Educação Infantil como uma etapa relevante⁷ do processo educacional, e atualmente em diversos estudos⁸ encontra-se um retrato da trajetória das instituições brasileiras

7 A questão da relevância passará a ser discutida mais adiante, quando se visualizam os percalços, as contradições e ineficiências na condução das políticas educacionais para a Educação Infantil.

8 Kuhlmann Júnior (2000, p. 8), ao pesquisar sobre a história da Educação Infantil brasileira, menciona que no período da República foram criadas as primeiras instituições, chegando a contar ao menos 15 creches, em 1921, e 47, em 1924, distribuídas por várias capitais e algumas cidades do país. “Muitas instituições mantenedoras de creches conviveram com profissionais da área educacional e, desde essa época, incorporaram o atendimento das crianças de 4 a 6 anos em jardim-de-infância ou escolas maternais”.

de Educação Infantil; contudo, ao se compreender o passado, a superação da linearidade é primordial para não encobrir as questões do presente a serem compreendidas.

A temática a ser desenvolvida sobre a Educação Infantil no cenário histórico-econômico da sociedade capitalista tem como recorte histórico de estudo o período a partir da década de 1920, quando o Brasil inaugurou sua entrada no progresso e se integrou à sociedade “civilizada”, com importantes iniciativas nos campos educacional, cultural e sanitário, processo que representou um enfoque evolutivo para alavancar a nação. Segundo Kuhlmann Júnior (2000, p. 8),

[...] creches, escolas maternais e jardins de infância fizeram parte do conjunto de instituições modeladas de uma sociedade civilizada, propagadas a partir dos países europeus centrais, durante a Era dos Impérios⁹, na passagem do século XIX ao XX.

É importante definir que o Brasil, nesse período, viveu o deslocamento para os EUA da influência que sofria da Europa, fenômeno que, para Kuhlmann Júnior (2000) e Rizzini (1997), encontra expressão marcante na criação do Dia da Criança, ocorrida no 3º Congresso Americano da Criança, realizado no Rio de Janeiro em 1922, juntamente com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Nesses eventos, postulou-se que a criança deveria ser educada conforme o espírito norte-americano (KUHLMANN

9 Hobsbawm (1988, p. 46) chama o período de 1875 a 1914 de Era dos Impérios, “quando profundas mudanças ocorreram [...] em termos de e em função dos objetivos das regiões dinâmicas do litoral do Atlântico norte, que eram, na época, o núcleo do capitalismo mundial. [...] todos os países, mesmo os até então mais isolados, estavam, ao menos periféricamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial”.

JÚNIOR, 1998). Essa mentalidade foi marcada, de forma evidente, pela enorme influência da nação norte-americana, motivada principalmente por sua decisiva participação na Primeira Guerra Mundial.

Estas exposições preliminares baseiam-se nas seguintes dimensões teóricas: 1) a contextualização histórica da atual fase de desenvolvimento do capitalismo monopolista; 2) a compreensão da mundialização do capital e a influência do neoliberalismo enquanto doutrina político-ideológica; 4) o papel e reforma do Estado e a Educação Infantil a partir da década de 1990.

Com esse procedimento, acredita-se que para compreender o desenvolvimento do capitalismo e as suas relações sociais deve-se partir das explicações reais, das condições materiais da vida dos homens, as suas ações e relações. A sociedade capitalista, em constante movimento,¹⁰ manifesta transformações nas formas como os homens organizam a vida, e a criança enquanto sujeito histórico participa dessa dinâmica. Propor essa compreensão acerca da dinâmica do capital a partir da sua fase monopolista é a discussão que se fará a seguir, a fim de caracterizar o espaço e a dinâmica nos quais a Educação Infantil foi determinada e reorganizada e está inserida. Cabe esclarecer que os procedimentos para atender a essa compreensão não abrangem toda a realidade da temática aqui tratada, mas apenas alguns argumentos, tendo-se em vista os fins que este estudo pretende alcançar.

10 Movimento de acumulação, ou seja, é a própria dinâmica interna do capital, que cria não só a demanda como a oferta de trabalho, revelando-se num caráter antagônico e progressivo do capital (MAZZUCHELLI, 1985, p. 15).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A compreensão da história do capitalismo é algo complexo e representa um percurso longo entendê-la em sua totalidade, pois ainda é retratada sob diversos enfoques, com distorções e ambiguidades. O objetivo aqui é compreender, no movimento da história, por meio das discussões relativas às orientações macroeconômicas, como foi se reorganizando o capitalismo. São ressaltadas algumas de suas implicações no âmbito político-educacional para se visualizar o quadro histórico-social no qual a Educação Infantil foi produzida e que determinou suas políticas, as quais foram manifestadas nos documentos oficiais e propaladas nos discursos governamentais e na imprensa periódica educacional.

Neste novo milênio, o atendimento à infância caracteriza-se por ser objeto de preocupação mundial. É discutido pelas nações de forma articulada e com vista ao futuro, e é orientado conforme os interesses do capital transnacional. A compreensão desse fenômeno se dá por sua articulação com as demandas da dinâmica da mundialização do capital.

Para refletir sobre a dinâmica do capitalismo, o recorte histórico nesta pesquisa se dá a partir do século XX, focalizando-se o seu *estágio imperialista*¹¹. Anteriormente a esse período, mais precisamente na segunda fase da Revolução

11 Braverman (1987, p. 215), ao refletir sobre a nova estrutura do capitalismo, não mais concorrencial, afirma: "Os marxistas empregaram diversos nomes para este novo estágio do capitalismo desde seu aparecimento: capitalismo financeiro, imperialismo, neocapitalismo, capitalismo recente. Mas, desde que se admitiu em geral, como Lênin declarou em um dos estudos pioneiros do assunto, 'a quintessência econômica do imperialismo monopolista', Foi esta última expressão a que se mostrou aceitável.

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

Industrial¹², com o advento da eletricidade como força motriz e do motor de combustão com o uso da gasolina e óleo diesel, os navios da Europa passaram a ganhar maior velocidade e abriu-se espaço para o invento do automóvel e do avião, com base nos modelos de produção *fordista* e *taylorista*¹³. Netto (2001, p.19) assevera que esse período foi marcado por profundas modificações na estrutura política, social e econômica, pois foi “[...] um período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global [...] conhecido como estágio “imperialista”¹⁴.

Essa forma de o capital se organizar e reorganizar-se nos diferentes períodos históricos é denominada *capital em processo* ou *contradição do capital*. Segundo Marx (1986, p.128), o capital é uma contradição em processo porque

[...] por um lado, tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho enquanto por outro lado, coloca

12 O período histórico da Segunda Revolução Industrial é tratado pelos historiadores entre 1860 e 1900. Nessa nova etapa, de capitalismo financeiro marcado pelo imperialismo, o controle da produção de bens e serviços deixou de ser um processo pulverizado e concentrou-se nas mãos de grandes empresas estruturadas sob a forma de sociedades anônimas, as quais controlavam os diferentes setores de atividades para chegar a seu produto final, desde a produção de matérias-primas até a utilização das ferrovias para escoar seus produtos (FARIA; MARQUES; BERUTTI, 1993, p.205).

13 O modelo Fordista é um conjunto de métodos para a racionalização da produção elaborados pelo industrial Henry Ford (1863-1947), baseado no princípio de que uma empresa deve se dedicar a produzir apenas um produto, de modo que o trabalho é especializado, e cada operário realiza determinada tarefa. Já o modelo Taylorista, criado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915) é um conjunto de normas para determinar o aumento da produtividade, controlando os movimentos do homem e da máquina, com prêmios e remuneração para quem produz mais (SANDRONI, 1985, p.177, 424).

14 Sobre o estágio imperialista do capitalismo no começo do século XX, Lênin escreveu sua obra em 1916, utilizando-se da obra de J. A. Hobson. Lênin mostra que a primeira guerra imperialista mundial (1914-1918) foi uma guerra pela “partilha do mundo” (LÊNIN, 1985, p.10).

o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Portanto, diminui o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentar na forma de trabalho excedente; coloca, portanto, cada vez mais, o trabalho excedente como condição – questão de vida e morte – do trabalho necessário.

Mazzucchelli (1985, p. 21), ao expressar sua compreensão sobre os sentidos das crises e as tendências gerais do capitalismo, enfatiza que as contradições são iminentes à sociedade capitalista e que as crises exteriorizam essas contradições, ao possibilitar que o capital inaugure um novo ciclo de reorganizações. Neste sentido, para viver, o capital precisa se destruir um pouco, ou seja, destruir o que ele mesmo criou, pois “[...] o verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital”. É o que acontece, por exemplo, na grande indústria, quando o capital não depende mais do trabalho vivo. A partir desse momento, toda a possibilidade de dominar a natureza depende das ciências e da máquina para continuar com a produção.

Teixeira (2000), ao tratar dos limites e contradições do capital, também explicita essa compreensão. Esclarece que a expansão da produção de valores de uso¹⁵ não pode romper os limites impostos pela lógica do capital, porque o modo de produção capitalista é marcado por uma contradição permanente:

15 Para Marx, o valor de uso no âmbito da produção capitalista assume determinações sociais específicas, que configuram sua função no interior da produção e da circulação do próprio valor de troca. O valor de uso constitui o suporte material do valor de troca. E o valor de troca é determinado pela quantidade de trabalho contida na força de trabalho, ou seja, pelo trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência em determinado momento histórico (SANDRONI, 1985, p. 446).

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

[...] por um lado, o capital impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, com vistas à produção de uma massa crescente de valores de uso, como nunca antes ocorrido na história da humanidade; por outro, limita esse desenvolvimento às necessidades de valorização do valor. Essa contradição não pode ser abolida dentro dos limites da produção capitalista; sua anulação significaria pôr o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do homem e não do capital; não podendo eliminá-la, o capital tem de engendrar formas sociais para fazê-la mover-se dentro dos limites de valorização do valor (TEIXEIRA, 2000, p. 69).

Na segunda metade do século XIX¹⁶ instaurou-se o que os economistas denominam *tendência monopolista do capitalismo*. O que caracteriza esse processo dinâmico e contraditório do sistema capitalista é a concentração de capital. Isto significa que as pequenas e médias empresas cederam lugar às grandes indústrias, devido à crescente necessidade de capitais, gerando nas grandes indústrias uma associação cada vez maior com os bancos e a modificação e dinamização da estrutura das indústrias. A esse fenômeno convencionou-se chamar de *capitalismo financeiro*. Esse processo é assim explicado por Braverman (1987, p. 215):

[...] Foi então que a concentração e centralização do capital, sob forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação, começaram a firmar-se; foi então, consequentemente, que a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas começou a tomar forma. Ao mesmo tempo, a rápida consumação da colonização do mundo, as rivalidades internacionais e os conflitos armados pela divisão do globo em esferas de influência econômica ou hegemônica inauguram a moderna era imperialista.

16 Braverman (1987, p. 215) postula que o capital monopolista teve início nas últimas duas ou três décadas do século XIX.

Desse modo, o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal.

Netto (2001, p. 20) ressalta que “[...] a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados”. Para Lênin (1985, p.17), “[...] a dificuldade de concorrência e a tendência para o monopólio nascem exatamente, da grandeza das empresas”. Esse aspecto caracterizou a chamada transformação da concorrência¹⁷ em monopólios: a livre concorrência gerou a concentração de produção e esta atingiu determinado grau de desenvolvimento, que conduziu ao monopólio¹⁸.

Como consequência desse movimento, as empresas, mediante um “acordo de cavalheiros”¹⁹, organizaram-se em *pools*, *cartéis* ou *trustes*²⁰, no intuito de adquirir vantagens e

17 Ao diferenciar o capitalismo concorrencial e monopolista, Lênin (1985, p.60) afirma que o que caracterizava o antigo capitalismo, em que reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. “E no capitalismo monopolista é caracterizado pelo reinado dos monopólios e pela exportação de capitais”.

18 O monopólio é uma forma de organização de mercado da economia capitalista em que uma empresa domina a oferta de determinado produto ou serviço, que não tem substituto (SANDRONI, 1985, p. 287). Lênin (1985, p. 21) explica que os verdadeiros monopólios surgiram por volta dos anos 1860-1870.

19 Expressão utilizada por Paulo Netto (2001, p. 20).

20 *Pool* é a reunião temporária de duas ou mais empresas, com fins especulativos, possuindo caráter de manipulação de preços. Forma um estoque de ações de mercadorias comercializadas em bolsas (cereais, café, açúcar, etc.), procura forçar a elevação de seus preços e então pode vender com lucros. *Cartel* é um grupo de empresas independentes que produzem artigos semelhantes e formalizam um acordo para sua atuação coordenada, de forma a constituir um mo-

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

facilidades para escapar à livre concorrência. Lênin (1985, p.22) postula que quando os cartéis se tornaram uma das bases da vida econômica, pode-se afirmar que o capitalismo tornou-se imperialista, pois os cartéis “[...] estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, etc. Repartem os mercados entre si. Determinam a quantidade dos produtos a fabricar. Fixam os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas, etc.”.

Lênin (1985, p. 88), ao resumir a essência do imperialismo, menciona cinco características fundamentais desse estágio:

- 1) a concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo capital é decisivo na vida econômica;
- 2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira;
- 3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular;
- 4) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- 5) termo de partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

De acordo com Paulo Netto (2001), nas organizações monopolísticas da economia capitalista:

- a) os preços das mercadorias e serviços produzidos pelos monopólios tendem a crescer progressivamente;

monopólio de mercado. *Truste* é um tipo de estrutura em que várias empresas, já detendo a maior parte de um mercado, combinam-se ou fundem-se para assegurar esse controle e estabelecem preços elevados que lhes garantam altas margens de lucro (SANDRONI, 1985, p. 51, 339, 439). Em linhas gerais, são formas de organizações e práticas monopolísticas referentes ao agrupamento das empresas com o intuito de aumentar a taxa de lucros.

b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil; e) cresce a tendência a economizar trabalho ‘vivo’, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois a tendência ao subconsumo) (NETTO, 2001, p.20).

Nesse âmbito, houve uma imensa mudança na “socialização integral da produção”, particularmente no domínio do aperfeiçoamento e das inovações técnicas; porém Lênin (1985, p. 23) argumenta que “[...] a produção torna-se social, mas a apropriação continua privada”, ficando os meios de produção nas mãos dos monopolistas. Segundo o autor, esse estágio

[...] é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição englobaria o essencial, porque por um lado o capital financeiro é o resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas de industriais; e, por outro lado, porque a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por qualquer potencia capitalista, para a política colonial da posse monopolizada de territórios de um globo inteiramente partilhado (LÊNIN, 1985, p. 87-88).

Por conseguinte, a denominação *fase imperialista do capital* expressa um momento histórico de guerra pela “[...] partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das zonas

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

de influência do capital financeiro” (LÊNIN, 1985, p.10). Isto significa que o excedente de capitais dos monopólios, juntamente com a crise, determina a impossibilidade de se investir na própria produção, tornando-se necessário exportar capitais, ou seja, encontrar outras áreas nas quais se possam investir os capitais excedentes em outros mercados consumidores. A exportação de capitais adquiriu uma importância primordial, levando o mundo a partilhar-se entre trustes internacionais que envolvem todo o território do globo e as maiores potências capitalistas.

Para Bottomore (2001, p. 48),

[...] o imperialismo era uma condição dos monopólios, que, por sua vez, eram as condições para a existência do capital financeiro. Mas este era em si mesmo a força motriz do imperialismo e uma das características que o definiam.

Assim, pode-se dizer que a criação dos monopólios está subjacente ao capital financeiro; ou ainda, como afirma Lênin (1985, p. 58), que

O imperialismo ou o domínio do capital financeiro é aquela fase superior do capitalismo na qual esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros.

O capitalismo financeiro no século XX apresentou como característica a regulação econômica pelo mercado internacional. O capital, ao reorganizar-se, levou ao desenvolvimento de um mercado cada vez mais internacional.

Na fase monopolista o capital se reestruturou de forma que a ênfase esteve na dominação de todos os continentes do mundo e do mercado internacional, que foi se consolidando. Não obstante, o próprio capital sofreu suas contradições. Um exemplo disso foi o ocorrido na crise de 1929, quando o capital sofreu uma crise de superprodução que resultou numa quebra de bolsas de valores que se iniciou nos Estados Unidos e atingiu todos os países. Essa crise teve grande impacto social, e o Estado capitalista interveio “[...] regulando com grande eficácia a atividade da bolsa e providenciando os fundos para uma estabilização – temporária – da economia” (MÉSZÁROS, 2003, p.151).

No Brasil, a crise internacional de 1929 atingiu o país em todos os setores, resultando na redução das exportações, na desorganização das finanças públicas e na redução do ritmo da produção e do poder aquisitivo dos salários. A crise da economia cafeeira obrigou o novo governo a comprar e destruir os estoques de café, tendo em vista a queda dos preços do produto no mercado internacional.

Mészáros (2003) relata que uma das contradições e limitações fundamentais do sistema capitalista é a “dissipação da riqueza”. Enquanto uma força motivada pela acumulação e orientada pela expansão, o capital é obrigado a assumir formas de desenvolvimento que são, por sua natureza, essencialmente dissipadoras. Neste sentido, várias são as razões que podem ser apontadas para explicar uma crise de caráter contraditório como essa. A produção, que objetiva o lucro baseado no trabalho assalariado e na exploração do trabalhador, gerou a concentração de renda e a riqueza produtiva, porém o consumo do mercado, na fase da crise estrutural, não acompanhou o crescimento da produção, devido ao avanço das forças produtivas, que levou

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

a uma situação de superprodução e contração do mercado. Contraditoriamente, esse quadro gerou

[...] uma queda da taxa de lucro do capitalista, na medida em que este se vê impossibilitado de vender suas mercadorias com o mesmo nível de lucratividade. Assim, há excesso de mercadorias, ao mesmo tempo em que seus preços despencam e, no entanto, não encontram compradores. Paralelamente, os preços dos produtos agrícolas e das matérias-primas diminuem drasticamente, pauperizando fazendeiros e trabalhadores rurais, que não conseguem adquirir as mercadorias produzidas pela indústria. O desemprego é o passo seguinte, ampliando a recessão. Em linhas gerais, estes são os mecanismos que levaram o sistema capitalista, em 1929, à sua maior crise estrutural (FARIA; MARQUES; BERUTTI, 1993, p. 275).

Sobre o quadro da crise de regulações, Moraes (2001, p. 29) afirma que a crise estrutural, devido à superprodução em 1929, “[...] daria ainda mais autoridade às saídas reguladoras que vinham sendo formuladas por liberais reformistas, adeptos da intervenção estatal, desde o início do século.” Naquele período era necessário corrigir os efeitos desastrosos da superprodução. Enquanto a Inglaterra continuava com o livre-mercado, outros países, como Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, utilizavam a intervenção estatal, o protecionismo²¹, o apoio do poder público para implantar e fortalecer a indústria, o comércio, os transportes e o sistema bancário.

21 O protecionismo se refere a um sistema que adota tarifas ou cotas para restringir o fluxo de importações (SANDRONI, 1985, p.358).

Esse período caracteriza-se por um “positivo” papel da doutrina *Keynesiana*²², que defende a interferência do Estado sob o manejo macroeconômico para controlar a atividade econômica através de políticas monetárias, da taxa de juros e dos gastos públicos. Toussaint (2002) esclarece que a teoria de J. M. Keynes (1883-1946) representa uma necessidade de encontrar, para a crise generalizada do sistema capitalista, uma solução compatível com a manutenção deste sistema. Importa destacar que esse controle econômico só foi possível pela própria dimensão positiva do capital, ou seja,

[...] o revoluciamiento constante das forças produtivas que torna possível a criação de uma massa de bens e serviços, em quantidade e qualidade, capaz de atender a todas as necessidades da sociedade (TEIXEIRA, 2000, p. 68).

É a chamada missão civilizadora do capital²³, isto é, a contradição permanente do capital.

Isso repercutiu também na América Latina, onde um papel similar coube à Comissão Econômica para a América

22 Doutrina Keynesiana (Keynesianismo) é a filosofia social exposta por John Maynard Keynes (1883-1946) no final de sua *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936). Seria uma modalidade de intervenção do Estado na vida econômica em que a autonomia das empresas privadas não seria totalmente atingida. As políticas dessa doutrina propunham solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos (SANDRONI, 1985, p.224).

23 Na obra *Grundrisse*, Marx menciona que a missão civilizadora do capital criou “[...] a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, como os próprios vínculos sociais dos membros da sociedade. [...] a natureza se converte puramente em objeto para a humanidade [...] seja como objeto de consumo, seja como meio de produção”(MARX, 1986, p. 362).

Latina (CEPAL)²⁴, no qual o Estado²⁵ desenvolvimentista e nacional-populismo tornou-se uma forma de integração política das massas operárias e populares. O Estado populista tornou-se o principal agente da industrialização na América Latina, onde a burguesia industrial, ainda pouco expressiva, necessitava de um Estado intervencionista, forte e controlador das tensões sociais. Não obstante, depois da Segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945, as companhias multinacionais “[...] espalhavam pelo mundo suas fábricas e investimentos e movimentavam gigantescos fundos financeiros envolvidos nesses processos – lucros a serem remetidos, *royalties*²⁶, patentes, transferências, empréstimos e aplicações” (MORAES, 2001, p. 31-32).

É importante inserir nesta discussão que o Estado brasileiro, no plano da política econômica, era um Estado desenvolvimentista. Até o período de 1964, com o golpe militar, esse desenvolvimento esteve vinculado à política social-populista, principalmente entre 1843 e 1964. O desenvolvimentismo e o populismo, segundo Boito Júnior (1999), visavam à reformulação da antiga divisão internacional do trabalho, à industrialização

24 A CEPAL – Comissão Econômica para a América latina – é um órgão regional das Nações Unidas ligado ao Conselho Econômico e Social. Foi criada em 1948, com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos (SANDRONI, 1985, p.56). Constitui-se em uma instituição formuladora de políticas cuja intervenção como um centro de elaboração de políticas na realidade latino-americana vem diminuindo nos últimos anos. Oliveira (2000, p.106) ressalta que isto não significa dizer que tenha deixado de existir, mas apenas tem perdido “[...] seu poder de agência ideológica para transformar-se em órgão técnico de segunda importância”. Encontra-se na parte 2, dados mais aprofundados sobre a CEPAL.

25 Considera-se Estado como um conjunto de instituições permanentes, como os órgãos legislativos, os tribunais, o exército e outras, que não formam necessariamente um bloco monopolítico, mas possibilitam a ação do governo (HÖFLING, 2001, p. 31).

26 Valor pago ao detentor de uma patente ou criador da obra original, pelos direitos de sua exploração comercial. Recebem também percentagem do lucro ou do preço de venda, ou sobre a venda (SANDRONI, 1985, p.386).

do Brasil e à implantação - ainda que restrita e segmentada - dos direitos sociais. Essa política geral do Estado brasileiro concorreu para o aprofundamento da dependência da economia para com o capitalismo financeiro internacional; ou seja, a produção industrial interna foi submetida à concorrência internacional, o que provocou o fenômeno da desindustrialização. Este processo teve como característica a redução da participação do produto industrial no conjunto da economia pela mudança no perfil da indústria, isto é, ocorreu o aumento relativo da produção industrial ligada ao setor primário e a desarticulação das cadeias produtivas (BOITO JÚNIOR, 2002).

Não obstante, a partir de 1970 a crise de superprodução mundial mostrou sintomas claros de uma nova configuração e dinâmica da produção e acumulação do capital, que Chesnais (1997b) denominou de *mundialização do capital*.

1.2 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Ao abordar o contexto histórico do capitalismo financeiro internacional no século XX, evidencia-se que o metabolismo do capital trouxe na sua própria contradição a crise para novas reorganizações, a fim de manter o capital elevado. A superação da crise mundial²⁷ ocorreu com uma nova configuração e uma nova dinâmica da produção e da acumulação do capital.

27 Leher (1998, p. 79), em sua tese de doutorado, ressalta que os principais sintomas da crise estrutural na década de 1970 foram: "Recessões repetidas e profundas; inflação estrutural; déficit orçamentário e do comércio exterior, e desestabilização do sistema monetário internacional [...] ao mesmo tempo, a deteriorização tecnológica tornara-se evidente. As consequências

Alves (2001, p. 53) pondera que

[...] a nova etapa de desenvolvimento capitalista a partir dos anos 70 do século XX é caracterizada por uma estrutura de valorização intrinsecamente instável, uma instabilidade sistêmica decorrente de uma crise crônica de superprodução que impulsiona e é impulsionada pela financeirização.

Esse processo tem sido denominado de *globalização e mundialização do capital*. Mészáros (2003, p.10) define esse período como um estágio histórico do desenvolvimento transnacional do capital, ou seja, “uma nova fase do imperialismo hegemônico global”. Para Chesnais (1997b, p. 46), o termo mundialização do capital significa “[...] um modo de funcionamento específico do capitalismo predominantemente financeiro e rentista, situado no quadro ou no prolongamento direto do estágio do imperialismo”.

A expressão “mundialização do capital” indica que o capital vive em um novo contexto de liberdade quase total para desenvolver-se, deixando de submeter-se aos entraves e limitações que fora obrigado a aceitar no período pós-1945. Assim ele se encontra livre para exprimir os interesses de classe sobre os quais está fundado (CHESNAIS, 1997b, p. 8). Os Estados que detinham o domínio financeiro desde a ascensão ao poder de R. Reagan²⁸ e M. Thatcher²⁹ devolveram ao capital

para o salário e o emprego foram severas [...]. Essa crise estrutural determinou o fim dos ‘trinta gloriosos’ anos do capitalismo ‘fordista’ ou de ‘bem-estar social’.”

28 Ronald Reagan (1911-2004) foi 40º Presidente dos Estados Unidos no período de 1981 a 1989.

29 Margaret Thatcher (1925-) foi eleita primeira ministra de Grã-Bretanha em 1979. Foi reeleita duas vezes, em 1983 e 1987. Renunciou em 1990. A filosofia da “dama de ferro” era desmembrar as competências do Estado, pois a intervenção estatal, o corporativismo e a

a sua liberdade, aplicando as políticas de desregulamentação, privatização e liberalização por todo o mundo.

Segundo Chesnais (1997b), a mundialização do capital iniciou-se a partir de 1918, período em que a burguesia mundial, conduzida pelos camponeses norte-americanos e britânicos, empreendeu uma modificação internacional em seu benefício. Esse momento representou um marco nesses países, pois o conjunto das inovações tecnológicas em desenvolvimento se colocou a serviço dessa nova dominação. A gênese do regime de acumulação no contexto mundial diz respeito tanto à política quanto à economia, tendo o Estado um papel preponderante:

[...] É apenas na vulgata neoliberal que o Estado é 'exterior' ao 'mercado'. O triunfo atual do 'mercado' não teria podido se fazer sem as repetidas intervenções das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos em primeiro lugar, os membros do G7³⁰. Essa foi a liberdade que o capital industrial e, mais ainda, o capital financeiro que se valoriza sob a forma de dinheiro, reencontraram para se desenvolverem mundialmente (TOUSSAINT, 2002, p. 379).

A derrocada do socialismo real foi outro processo que contribuiu para acelerar a mundialização do capital, porque o socialismo foi denunciado como um modelo ineficiente em comparação com o capitalismo. Coggiola (1997, p.114) afirma que foi no período de 1970 a 1980 que nos sistemas financeiros estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial

assistência social deveriam ser determinados pela economia de mercado, pela iniciativa privada e pela responsabilidade de cada cidadão.

30 Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão. Reúne anualmente os sete chefes de Estado, geralmente no fim de junho ou no início de julho. O G7 reuniu-se pela primeira vez em 1975, por iniciativa do presidente francês Valéry Giscard d'Estaing.

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

[...] se esbateram as fronteiras entre as diferentes profissões tradicionais e os sistemas nacionais. Assim, os novos produtos e mercados tornaram-se internacionais em uma economia-mundo em tempo real.

Para o autor, o processo de globalização da economia possui as seguintes características:

[...] os mercados deixam de ser nacionais e passam a ser mundiais; as empresas se tornam multinacionais na medida em que se fazem representar em todos os continentes; e, finalmente, os novos meios de comunicações permitem a circulação de informações técnicas ou financeiras em escala planetária. Cada ramo industrial possui as suas localizações particulares, mas com um ponto em comum: a mundialização [...] (COGGIOLA, 1997, p. 114-115).

Juntamente com as questões econômicas encontram-se as doutrinas e pensamentos que influenciam e legitimam a forma de ser do mundo social e econômico³¹. No contexto histórico retratado, duas doutrinas atingiram o auge: o liberalismo e o neoliberalismo.

Com a crise no modo de produção e a implantação e consolidação do modo de produção capitalista, fez-se necessário um conjunto de fundamentos para justificar e colaborar com a manutenção da ordem capitalista da sociedade. Duas escolas do pensamento liberal-econômico se fizeram presentes neste

31 Conforme já referido, quando há mudança na forma de os homens produzirem suas vidas, ou melhor, a necessidade de os homens se reorganizarem socialmente, há concomitantemente uma crise na forma de como os homens pensam sobre si mesmos e suas relações.

contexto: A Escola Fisiocrata³², na França, e a Escola Clássica³³, na Inglaterra.

A doutrina liberal teve como berço a Inglaterra, enquanto em países como os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão e a Rússia o Estado comandava suas políticas protecionistas. Na obra *A Riqueza das Nações* (1776), de Adam Smith (1723-1790), representante da Escola Clássica Inglesa, encontram-se os argumentos da ordem política liberal. O termo alegórico “mão invisível” foi cunhado por ele. Em conformidade com o autor, cada indivíduo “[...] promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo” (SMITH, 1983, p.173).

Em síntese, pode-se compreender que o principal argumento do liberalismo é que “[...] a procura do lucro e a motivação do interesse próprio estimulariam o empenho dos agentes, recompensariam a poupança, a abstinência presente, remunerando o investimento” (MORAES, 2000, p. 7). Essa doutrina, ou melhor, esse verdadeiro sistema de pensamentos, prega a necessidade de desregular e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções simples e bem-delimitadas. Essa forma de pensar, de acordo com Petras (1997, p.15),

32 As doutrinas de pensamento dos fisiocratas surgiram na França, na segunda metade do século XVIII, tendo como principal representante François Quesnay. Segundo Faria, Marque, Berutti (1993, p.134) “[...] o pensamento dos fisiocratas surgiu como oposição à teoria mercantilista, que caracterizou a época de transição. Os mercantilistas não concebiam a existência de leis econômicas e defendiam a intervenção do Estado na economia, o que representava a expressão do poder arbitrário do Estado Absolutista”. Assim, os fisiocratas defendiam que os fenômenos econômicos se processavam segundo uma ordem imposta pela natureza.

33 Na mesma época em que surgiu na França, a ciência econômica com os fisiocratas, na Inglaterra, em 1776, Adam Smith publicava “*A Riqueza das Nações*”. Smith foi o principal representante da escola clássica inglesa, juntamente com Stuart Mill (1806-1873), Thomas Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823).

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

[...] ganhou adesões e floresceu durante a maior parte do século XIX, sucumbindo, então, primeiramente com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914) e posteriormente com o colapso do capitalismo durante a década de 1930.

Quando a forma de produção por meio da cooperação simples³⁴ sofreu suas contradições, dando base para a manufatura³⁵ se instaurar, houve uma mudança na forma de produção: a divisão do trabalho. Smith (1983) revela essa preocupação ao apresentar o argumento liberal de que há no homem uma propensão natural para a troca. A sua ideia é de que seria inerente ao indivíduo a troca de mercadorias, o consumo, o lucro, para assim postular que se deve realmente produzir, pois, para ele, a riqueza de uma nação advém do trabalho dividido e da livre concorrência.

Na doutrina liberal, a ênfase está em ir contra os regimentos e os estatutos que controlam a forma da produção. Assim, a burguesia se opunha à visão de mundo da época e ao governo

34 Nos capítulos XI, XII e XIII, do Livro I de O Capital, Marx expõe as três formas de produção de mercadorias: cooperação simples, manufatura e grande indústria. Teixeira (2000) comenta que a sucessão histórica dessas formas traduz a luta do capital para adequar a base técnico-material do processo de trabalho às exigências de valorização do valor. Essa adequação exige não só uma transformação permanente dos elementos que compõem o capital constante, mas também uma contínua reestruturação da divisão técnica do trabalho. No que se refere à divisão do trabalho, a manufatura cria o trabalhador coletivo combinado, transformando, assim, a simples reunião de muitos trabalhadores independentes, como acontecia na cooperação simples, num corpo coletivo de trabalho, no qual cada trabalhador executa suas funções como parte desse todo (TEIXEIRA, 2000, p.70).

35 Segundo Singer (1985, p.10), “a manufatura, enquanto forma histórica de produção capitalista, era constituída por empresas que produziam mercadorias com métodos artesanais, isto é, sem uso de máquinas movidas por energia não humana. Nas manufaturas, trabalhavam dezenas ou mesmo centenas de pessoas, sob ordens de um empregador capitalista. Em cada manufatura se desenvolvia extensa divisão do trabalho, cada linha de produção sendo dividida em numerosas tarefas distintas. Cada grupo de trabalhadores se dedicava especializadamente a uma dessas tarefas, o que permitia grandes ganhos de produtividade”.

arbitrário da nobreza feudal que já estava em desintegração. Sobre esse contexto, Moraes (2000, p.7) pontua que

[...] a partir de então, uma série de ideias deixam de ser apenas intuições, reveladas aqui e ali. Elas começam a constituir um verdadeiro sistema de pensamento, um sistema que afirma, convictamente, que o mundo seria melhor – mais justo, racional, eficiente e produtivo – se nele reinasse, soberana, a livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos (e suas relações) não fossem limitadas por regulamentos e monopólios, estatais ou corporativos.

A doutrina liberal queria e pregava a necessidade de desregulamentar e privatizar as atividades econômicas daquela época, sendo função do Estado apenas a “[...] manutenção da segurança interna e externa, a garantia dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública” (MORAES, 2000, p. 7); ou seja, nada de se meter na produção econômica. Para Smith (1983, p. 47), cabe ao Estado

[...] a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares e de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade. Segundo o sistema da liberdade natural, ao soberano cabem apenas três deveres: três deveres, por certo de grande relevância, mas simples e inteligíveis ao entendimento comum: primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter.

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

Percebe-se que o neoliberalismo gerado no final do século XX tem muita semelhança (não só no nome) com a doutrina liberal, visto que a concepção neoliberal de sociedade e de Estado se inscreve na – e retoma a – tradição do liberalismo clássico³⁶ dos séculos XVIII e XIX. O contexto histórico em que essa doutrina se instaura é outro, tornando-se assim um fenômeno distinto do liberalismo clássico. A diferenciação histórica entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo é de fundamental importância para essa compreensão, pois os parâmetros econômicos são outros.

Moraes (2000) afirma que os liberais clássicos combatiam a política do Estado mercantilista e os regulamentos impostos pelas corporações de ofícios. Os neoliberais tinham como propósito a crítica e o desmantelamento do Welfare State³⁷ e das modernas corporações e sindicatos trabalhistas.

Quanto aos países subdesenvolvidos, os inimigos são o “Estado desenvolvimentista e a chamada democracia populista” (MORAES, 2001, p.11).

Ainda em termos de contextos diferentes, Petras (1997) traça um paralelo das diferenças contextuais entre liberalismo e neoliberalismo. O autor salienta que o liberalismo, por meio de suas doutrinas de livre-comércio, combateu as restrições pré-

36 Höfling (2001, p. 35) afirma: “[...] enquanto a obra *A riqueza das nações*, de Adam Smith (publicada em 1776), é identificada como o marco fundamental do liberalismo econômico, O caminho da servidão, de Friedrich Hayek (publicado em 1944), é identificado como o marco do neoliberalismo. As formulações de Milton Friedmann, economista da Escola de Chicago, sobre o Estado e políticas sociais se identificam estreitamente com as formulações de Hayek”.

37 “Forma de Estado capitalista que se distingue pelas possibilidades que oferece aos cidadãos de acesso aos sistemas nacionais (públicos ou regulados pelo Estado) de educação, saúde, previdência social, renda mínima, assistência social, habitação, emprego, etc., atuando na organização e produção de bens e serviços públicos, na regulação da produção e distribuição de bens e serviços sociais privados” (SANDRONI, 1985).

capitalistas, enquanto o neoliberalismo combate o capitalismo sob as influências do Estado de Bem-Estar Social. Essas doutrinas defendiam a economia de exportação dos produtos considerados “riqueza nacional”; porém, o liberalismo recorria ao desaparecimento da agricultura comunitária camponesa, enquanto o neoliberalismo prejudica a indústria nacional, pública e privada. No liberalismo ocorria a abertura de mercados; no neoliberalismo a ênfase não é mais no mercado local, mas no internacional.

Também na classe trabalhadora há uma diferenciação; no liberalismo, entre camponeses e proletários, e no neoliberalismo, entre trabalhador assalariado e trabalhador autônomo ou informal. No liberalismo criou-se a legislação trabalhista e da previdência social, enquanto o neoliberalismo procura controlar os movimentos trabalhistas e se opõe a qualquer manifestação ou movimento social.

Cabe destacar que essas duas doutrinas exercem sobre a economia nos respectivos contextos efeitos que representam formas diferentes, porque as relações sociais desses períodos são outras. Petras (1997, p.17) explica que “[...] a imposição política de um modelo econômico pré-industrial (neoliberalismo) sobre uma formação social avançada exerce efeitos aberrantes na economia e na sociedade”, desarticulando os setores econômicos a as regiões interligadas, como também marginaliza e “[...] exclui as classes produtivas (operários e fabricantes), fundamentais para o mercado nacional.”

Na visão neoliberal o Estado e os sindicatos são os responsáveis pela crise econômica, pois impedem o sucesso de suas propostas. O sistema estatal é tido como improdutivo, por isso deve repassar para o privado a competência que era dele.

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

É a lógica do mercado em evidência, afirmando que o Estado mínimo é o único possível culpado e que a causa das crises está em que os sistemas institucionais - como saúde, educação, políticas de empregos e outros - não atuam dentro da lógica de mercado.

Ao analisar os fundamentos do neoliberalismo, Petras (1997) argumenta que na política neoliberal cinco metas são implantadas: a *estabilização* de preços e das contas nacionais; a *privatização* dos meios de produção e das empresas estatais; a *liberalização* do comércio e dos fluxos de capital; a *desregularização* da atividade privada; e a *austeridade fiscal*, que é a restrição dos gastos públicos. Os defensores do neoliberalismo acreditam que essas são as armas para a maximização de lucros. Assim, eles têm uma forma de pensar que os “abstrai do mundo real”³⁸, uma vez que

[...] postula um mundo formado por indivíduos que concorrem, e supõe que tais indivíduos devam comportar-se de forma competitiva para maximizar os lucros. [...] concluem que a economia de livre-mercado é o resultado racional da livre concorrência entre indivíduos (PETRAS; VELTMEYER, 2001, p. 18).

O neoliberalismo é um conjunto de ideias inseridas no contexto histórico do capitalismo financeiro internacional. Suas metas formam um complexo de ideologias, que, conforme Petras

38 Não há como concordar e acreditar nas políticas neoliberais, uma vez que Marx e Engels mostram as contradições inerentes que explicam essa ideologia como falsa representação, ou seja, uma forma de abstração. No prefácio da Ideologia Alemã (MARK; ENGELS, 1986, p.17), os autores afirmam que os homens sempre fizeram falsas representações sobre si mesmos e organizaram suas relações em função dessas representações. Assim, buscar soluções requer, antes de tudo, que se pense na história humana e nas implicações decorrentes do metabolismo contraditório do capital.

(1997, p. 37), deve ser entendido “[...] para justificar e promover a reconcentração de riquezas, a reorientação do Estado em favor dos super-ricos e o principal mecanismo para transferir riquezas para o capital estrangeiro”. Dessa forma a ideologia neoliberal obscurece o real, como enfatiza Petras (1997, p. 19):

A metodologia individualista do neoliberalismo obscurece as verdadeiras forças sociais, mantendo as suas fictícias suposições ‘abstratas’. Nesse sentido, concordamos com o neoliberalismo em um ponto: a teoria neoclássica não tem nada a ver com a forma como o mundo real está organizado e funciona. O neoliberalismo pode ser um conjunto elegante de equações matemáticas baseadas em suposições primitivas e insustentáveis (PETRAS, 1997, p.19).

Os determinantes históricos são primordiais para a compreensão do neoliberalismo, pois este é um sistema individualista, e impinge ao indivíduo concepções falsas sobre o contexto e as relações em que está inserido. Pode-se dizer que o neoliberalismo é a ideologia do capitalismo em um momento no qual o capital vive um regime de acumulação financeira. Moraes (2001, p.10) afirma que o termo possui vários significados, a saber:

- 1) Uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social;
- 2) Um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think-tanks*, isto é, centros de geração de ideias e programas, de difusão e promoção de eventos;
- 3) Um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70 do século XX, e propagados pelo mundo a partir das organizações

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods³⁹ (1944), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na política pública educacional, o neoliberalismo mostrou como característica uma prática baseada na concepção do aluno-cliente, no sentido de um sujeito assujeitado tal qual uma mercadoria, como se a educação fosse um investimento privado do indivíduo. O setor educacional passou a caracterizar-se como uma área propícia para a acumulação do capital. O discurso propalado teve como eixo a educação não como parte do campo social e político, mas como integrante do mercado, funcionando à sua semelhança.

Fica expressa nessa lógica a presença de um antagonismo no que se refere à aplicação da gerência da **qualidade**⁴⁰ total na escola, adotando-se os mesmos princípios e métodos administrativos vigentes na empresa privada. Isso contradiz o caráter educativo das práticas e relações que se espera terem lugar na escola, as quais têm como finalidade a constituição de sujeitos, e não a apropriação do excedente. A esse respeito assim se expressa Paro (1999, p.102):

[...] o que toda administração tem de essencial é o fato de constituir-se em utilização racional de recursos

39 Nome pelo qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, EUA) com representantes de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda guerra mundial. Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (SANDRONI, 1985, p. 83).

40 A qualidade na educação foi estabelecida neste livro como uma categoria de estratégia política do Estado para a Educação Infantil na década de 1990, expressa nos discurso dos organismos internacionais e nos documentos oficiais. Destacam-se na terceiro parte as análises pertinentes à abordagem dessa categoria, referida nas revistas Nova Escola e Criança.

para a realização de fins determinados. Diante desse caráter mediador, são os fins buscados que dão especificidade a cada administração em particular. No caso da administração tipicamente capitalista, esta é concebida para dar conta das questões à eficiência interna e ao controle do trabalho alheio na empresa produtora de bens e serviços, tendo como escopo servir à apropriação do excedente, pela dominação do trabalhador. Disso decorre a impropriedade de sua aplicação em instituições cujos fins dizem respeito à constituições de sujeitos, como é o caso da escola. Isto porque os objetivos que se buscam na empresa capitalista não são apenas diferentes, mas antagônicos aos buscados na escola.

Disso se alimenta a retórica neoliberal, que sempre atribuiu à educação um papel estratégico. Estabeleceu-se como objetivo básico atrelar à educação escolar a concepção de simples preparação técnica para o trabalho e os investimentos em pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre-iniciativa (MARRACH, 1996).

Quanto ao atendimento à infância no Brasil, a retórica não é diferente. As políticas determinam que desde o nascimento a criança deve ser estimulada e preparada para o desenvolvimento integral, porém o ponto de chegada dessa concepção está no interesse econômico, no *desenvolvimento sustentável da economia*. A política neoliberal propaga receituários que, em sua concepção, conduzirão ao pleno desenvolvimento do capital, sendo a criança um ser que necessita de formação para o desenvolvimento das potencialidades que o capital internacional requer.

Ao refletir sobre a dinâmica do capital, buscou-se apresentar uma análise da totalidade, do concreto e real, que é determinado historicamente, assim como compreender a percepção de como a sociedade capitalista se (re)organiza para

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

manter-se. A conclusão foi que as reorganizações definidas pelo próprio aspecto contraditório do capital representam formas articuladas a fim de que o capital mantenha a sua valorização. As mudanças nas relações sociais e as questões econômicas e políticas são as expressões dessas reorganizações, que também sofrem modificações. Diante disto, as doutrinas do pensamento liberal e do neoliberal representam ideologias que determinam a forma de ser do mundo econômico, legitimando suas relações, evidentemente, em contextos históricos diferentes e por outros parâmetros econômicos.

Nesse panorama, estratégias são definidas e o Estado representa um dos canais estratégicos para fortalecer as políticas neoliberais, reduzindo seu real papel de se responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social as de promover e regular esse desenvolvimento. O sistema neoliberal encontra na Educação Infantil uma aliada na implantação de suas estratégias de política econômica.

A seguir, apresentam-se reflexões acerca dessa mudança do Estado em relação à Educação Infantil.

1.3 REFORMA, O PAPEL DO ESTADO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao iniciar as discussões sobre a reforma e o papel do Estado com a implantação de políticas neoliberais na Educação, especificamente na Educação Infantil, faz-se necessário examinar o significado dos termos *Estado* e *Governo*, *políticas sociais* e *políticas públicas* e *educação*, a fim de evitar confusões, generalizações e ambiguidades nas análises posteriores.

Höfling (2001), ao refletir sobre o Estado e as políticas sociais, fez uma distinção bem específica entre Estado e Governo. Definiu o Estado como um conjunto de instituições permanentes - como os órgãos legislativos, os tribunais, o exército e outras - que não formam necessariamente um bloco monopolítico, mas possibilitam a ação do governo; e concebeu o Governo como um conjunto de programas e projetos que partem da sociedade e que ele próprio propõe para a sociedade como um todo, configurando-se assim a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um dado período.

Vieira (2001, p.18) esclarece que o governo não se confunde com o Estado, pois:

[...] O governo constitui a direção do Estado, não constitui o Estado no todo. Assim, nas estratégias governamentais, essas 'políticas', dispõem de maior estabilidade com governo mais estável. Governo instável, com baixa hegemonia, com baixa capacidade de controle das mentes e sobretudo com baixo consenso exhibe políticas sociais e políticas econômicas muito fugazes, extremamente rápidas por causa da recomposição permanente da classe dirigente, que lá está.

Também para Nagel (2001, p.100) o Estado jamais deve ser entendido como Governo ou mero poder coativo e limitador da vontade da maioria. A autora se remete à força nutriz do Estado, ou seja, à energia vital que o sustenta, a qual é oriunda da própria dinâmica da relação social que lhe dá vida:

[...] O Estado, ao expressar a organização da sociedade, as suas práticas sociais, não só capta e expõe, ao longo do tempo, as transformações operadas na base trabalho, como processa a viabilização das relações econômicas, comandando a indispensável

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

harmonização entre interesses conflitantes e/ou diversos da mesma classe, ou de classes distintas.

Sobre as políticas públicas, Höfling (2001) pondera que essas são entendidas como o Estado em ação; ou seja, o Estado é quem implanta um projeto de governo por meio dos programas, das ações voltadas para setores específicos da sociedade; portanto o Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implantariam as políticas públicas. Nagel (2001, p. 99) também esclarece isso ao afirmar: “[...] não se pode confundir, imediatamente política com a etapa de normatização, com atividades de elaboração e/ou de aplicação de uma determinada regulamentação.”

As políticas públicas são tidas como de responsabilidade do Estado, e devem ser implementadas e mantidas a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Höfling (2001) enfatiza que essas políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Compreendem-se como políticas sociais aquelas relativas a ações que determinam o padrão de proteção social a ser implementado pelo Estado, com ênfase na redistribuição dos benefícios sociais para a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, Höfling (2001, p. 31) compreende a Educação como uma política pública de ordem social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos. Sobre a definição de política educacional, Nagel (2001, p. 99) afirma:

[...] a política educacional, embora se expresse a partir de um dado instante, em diplomas legais, de fato, é

um conjunto de medidas agilizadas e sistematizadas pelo governo para atuar, com maior eficiência, nos mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens já instituídos ou em constante renovação.

No palco do capitalismo internacional e da estratégia neoliberal, o Estado é tido como improdutivo e necessita de reformulações nas suas ações e políticas, dentro de um processo que faz parte da reestruturação do capitalismo em âmbito universal. Silva (2003, p. 66) assinala que

[...] a reforma do Estado surgiu como alternativa capaz de liberar a economia para uma nova etapa de crescimento [...] foi dada a largada para a nova hegemonia neoliberal, disseminando-se para o resto do mundo a política de revalorização do mercado, numa retrospectiva atualizada do liberalismo do século XIX.

Boito Júnior (1999) assevera que o crescimento dessa “nova” burguesia de serviços se deve ao recuo e **descentralização**⁴¹ do Estado na área dos serviços e dos direitos sociais. Para o autor, essa fração da burguesia é um dos setores mais reacionários da classe dominante, visto que seu crescimento é resultante da manutenção de uma política ultrarreacionária de supressão e redução dos direitos sociais. Assim, as estratégias de interesse do Estado estão voltadas à mercantilização dos direitos e serviços sociais nas áreas da educação, da saúde e da previdência.

A reforma do Estado no Brasil, conforme Silva (2003, p. 66), mesmo sendo diferente da de outros países, devido às suas próprias diferenças econômicas em relação ao centro/periferia, passou por dois momentos.

41 A descentralização do Estado representa, neste livro, outra categoria que será discutida nas análises das revistas, foco da terceira parte.

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

O primeiro desses momentos foi o período de retomada da ofensiva do neoliberalismo, no qual o Estado foi criticado pelo seu caráter intervencionista “[...] exigindo-se uma redução do seu ‘tamanho’ como uma condição ao livre funcionamento do mercado”. Soares (2003, p.12), ao discutir a redução do tamanho do Estado, chama a atenção para a *mercantilização dos serviços sociais*:⁴²

[...] a intervenção do Estado no social também é vista como pouco ‘recomendável’, devendo ser substituída por um tipo de ‘mercado’ especial em que cabem desde a grande seguradora financeira (que passa a garantir previdência social e saúde para os que podem pagar pelo seguro) até o chamado ‘terceiro setor’, que também inclui uma vasta gama de ‘atores’ [...] A mercantilização dos serviços sociais – mesmo os essenciais, como saúde e educação – também é vista como ‘natural’: as pessoas devem pagar pelos serviços para que estes sejam ‘valorizados’.

Para o ex-ministro Bresser Pereira⁴³, a crise econômica na década de 1980 teria sido consequência do funcionamento irregular do Estado, de sua falta de efetividade, do seu

42 Sobre a mercantilização dos serviços sociais, destacam-se na delimitação do tamanho do Estado, as ideias de *privatização*, *publicização* e *terceirização*. Segundo Bresser Pereira (1997, p.19) “[...] uma forma de conceituar a reforma do Estado em curso, é entendê-la como um processo de criação ou de transformação de instituições, de forma a aumentar a governança e a governabilidade. *Privatização* é um processo de transformar uma empresa estatal em privada. *Publicização*, de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal. *Terceirização* é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio”. Soares (2003, p.32) pontua que “[...] a privatização dos serviços sociais corresponde à visão liberal do alto grau de mercantilização de bens sociais, submetidos à mesma lógica privada de qualquer produção de ‘bens’ materiais e admitindo com tranquilidade o lucro.”

43 Luiz Carlos Bresser Pereira foi Ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE (1995-1998).

crescimento distorcido, dos seus custos operacionais, do seu endividamento público e de sua incapacidade de se adequar ao processo de globalização em curso, que reduziu a autonomia e a capacidade dos Estados Nacionais de gerir suas próprias políticas econômicas e sociais. Neste sentido, para o ex-ministro,

A reforma do Estado envolve quatro problemas que, embora interdependentes, podem ser distinguidos: (a) um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 7).

O outro momento da Reforma do Estado caracterizou-se pelo caos provocado pelas políticas neoliberais de **focalização**⁴⁴:

[...] reforçou-se a retórica da ‘reforma’ como um caminho para a promoção das chamadas políticas sociais, voltando-se a atenção para o agravamento do problema do desemprego e da pobreza e para a necessidade de regular minimamente o movimento do capital (SILVA, 2003, p. 67).

Nesse momento procurou-se desenvolver projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento

44 A estratégia política da focalização tem o objetivo político de limitar os recursos do investimento público que rompe com o princípio de universalidade dos direitos e valorizam os programas compensatórios para o alívio (e não fim) da pobreza. Na terceiro parte deste livro, discute-se a forma como essa categoria foi apresentada nas enunciações das revistas.

(BID) sob o impulso do contexto de agravamento da pobreza e da reação popular às políticas neoliberais.

Em 1989, na América Latina, em vista da crise da dívida externa e em atendimento ao *Consenso de Washington*⁴⁵, foram elaboradas políticas de ajustes, ou seja, estratégias econômicas com “[...] uma rigorosa disciplina fiscal, privatização, redução dos gastos públicos, reformas (tributárias, previdência etc.), liberalização comercial, desregulamentação da economia e flexibilização das relações trabalhistas, dentre outras” (SILVA, 2003, p. 68). Essas políticas de ajustes são caracterizadas por Soares (2003, p.18) como

[...] um conjunto abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes.

No Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (BANCO MUNDIAL, 1997) encontra-se em destaque que o fator determinante da desintegração econômica e da crise fiscal no mundo seria a ineficiência do Estado em suas funções. Nesse contexto, uma das orientações políticas neoliberais recomendadas é a reforma do Estado em todo o mundo, pois o Estado é considerado “[...] essencial para o desenvolvimento econômico e social, não como promotor direto do crescimento,

⁴⁵ Em 1989, reuniram-se em Washington, capital dos Estados Unidos, representantes do FMI, do Banco Mundial e do BID, juntamente com autoridades do governo norte-americano, com o objetivo de definir as políticas que os países da América Latina deveriam implementar para a obtenção de empréstimos. As propostas desse encontro ficaram conhecidas como Consenso de Washington. São políticas de corte neoliberal, pensadas em 1990 pelo economista norte-americano John Williamson (SOARES, 2003).

mas como parceiro, catalisador e facilitador” (BRASIL, 1995, p. 9). Percebe-se nitidamente um conjunto de conceitos neoliberais sobre um Estado com funções mínimas, que passa a necessitar de outros parceiros, pois ele sozinho seria apenas uma “máquina estatal”⁴⁶, por isso precisava ser reorganizado. Tem-se como caminho para isso a convocação para o “diálogo democrático” entre o Estado e a sociedade.

Reformar o Estado brasileiro foi uma das estratégias acatadas pelo governo FHC, por meio da criação de um ministério próprio para isso, o Ministério da Administração e Reforma do Estado - MARE, o qual em 1995 apresentou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado⁴⁷. Conforme expressa claramente o documento:

[...] a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995, p.12).

46 Termo utilizado por FHC ao incentivar a urgência na reforma da administração pública brasileira (Ver Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, BRASIL, 1995, p.7).

47 A atribuição desse ministério, como salienta o documento, “[...]é estabelecer as condições para que o governo possa aumentar sua governança. Para isso, sua missão específica é a de orientar e instrumentalizar a reforma do aparelho do Estado, nos termos definidos pela Presidência através do Plano Diretor”. A definição de *aparelho do Estado* distingue do *Estado*. O documento define por Aparelho do Estado “[...] a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis (União, Estados-membros e Municípios). O aparelho do Estado é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos Três poderes, por um corpo de funcionários, e pela força militar. O Estado por sua vez, é mais abrangente que o aparelho, porque compreende adicionalmente o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites de um território. O Estado é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território” (BRASIL, 1995, p.12).

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

Percebe-se que, ao tratar da reforma do Estado, o projeto é amplo e diz respeito às várias áreas do governo; entretanto a reforma do aparelho do Estado é mais restrita, e serviu para tornar a administração pública mais eficiente e centrada na propalada “cidadania”.

No documento da reforma do Estado é evidente a preferência por um Estado mínimo que se ocupe principalmente do capital humano⁴⁸: “[...] o Estado reduz seu papel de executor ou prestador de serviços, mantendo-se no papel de regulador dos serviços sociais” (BRASIL, 1995, p.13). Percebe-se que o Estado se autodenomina como apenas um promotor dos serviços sociais que mantém o controle social direto com a participação da sociedade, ou seja, estimula outros setores por meio da “publicização” – uma estratégia política da **descentralização** para o setor público não estatal na execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.

Uma das causas determinantes para a elaboração das políticas educacionais na década de 1990, as quais influenciaram especificamente as políticas públicas para a Educação Infantil, foi a reforma do Estado. Todo esse processo fez parte da reestruturação do capitalismo de âmbito universal. As políticas educacionais estabelecem relações com as políticas gerais e estão subordinadas às políticas econômicas de ajustes estruturais

48 A Teoria do Capital Humano nos escritos de Theodore William Shultz reforça a ideia de que os indicadores de produtividade ilustram o efeito da educação sobre a capacidade de produzir e aumentar a produtividade econômica dos países, sendo esta a maior contribuição da educação (SANDRONI, 1985, p. 48).

demandadas nesse processo de reestruturação do capital, com o consentimento dos atores nacionais.

Fonseca (1998) mostra que o contexto das políticas na década de 1990 é articulado com questões amplas. A autora afirma que o Banco Mundial⁴⁹, a partir de 1960⁵⁰, assumiu um papel político, pois passou a influenciar as agendas dos países-membros, a definir as relações internacionais com esses países por meio de uma lógica funcionalista instituída pela ordenação internacional, a propor a cooperação com o setor social mediante sugestões de políticas a serem aceitas pelos países credores e a implementar a justiça social com respaldo nos princípios de sustentabilidade, de justiça e de igualdade social. Como se vê abaixo, as categorias *descentralização*, *focalização* e *qualidade* aparecem expressas como encaminhamentos políticos de lógica funcionalista:

- 1) o combate à situação de pobreza, mediante a promoção de equidade na distribuição na renda e nos benefícios sociais, entre os quais se destacam a saúde e a educação;
- 2) a busca da eficiência na condução das políticas públicas, mediante o incremento da competência operacional dos agentes, cuja medida de qualidade seria a relação econômica de custo-

49 O Banco Mundial também conhecido como BIRD, nasceu depois da Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Bretton Woods, tendo como objetivo contribuir na reconstrução dos países devastados pela guerra. Sua atuação não se restringiu, contudo, a esses países, tendo desempenhado importante papel na política mais recente das nações em desenvolvimento. O Banco comporta cerca de 180 países sócios, apresenta-se no cenário mundial como financiador, em parceria com o FMI, de projetos tanto para o setor público quanto para o setor privado (OLIVEIRA, 2000, p.108).

50 As análises de Fonseca (1998, p. 2) não se limitaram aos documentos propriamente educacionais, mas a autora enfocou suas análises nos textos de cunho mais geral que o Banco Mundial foi elaborando a partir de 1960.

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

- benefício, em nível individual, institucional e social;
- 3) a busca da modernização administrativa dos diferentes setores sociais e econômicos por meio de políticas descentralizadas, que ensejem maior autonomia da comunidade na condução dos serviços sociais;
 - 4) o diálogo como estratégia de interação interdependente entre banco e os mutuários (FONSECA, 1998, p. 7)

Como se observa, as categorias *Descentralização*, *Focalização* e *Qualidade* aparecem descritas como encaminhamentos políticos da lógica funcionalista neoliberal.

Fonseca (1998) acrescenta que o termo *igualdade*, nas políticas e nas ações do Banco Mundial, foi gradativamente substituído pelo termo *equidade*, sendo ambos considerados e interpretados como equivalentes. A autora chama a atenção para essa substituição, e afirma que não foi uma substituição casual, mas uma alteração conceitual. Fica evidente que

[...] a equidade não garante a igualdade dos padrões de desenvolvimento, mas assegura um mínimo necessário para que os países possam inserir-se racionalmente no modelo global, sem ameaçar o equilíbrio do sistema. Assim, a proposição sistêmica segundo a qual – o problema que afeta a uns afeta a todos – não significa que os benefícios de uns sejam, necessariamente os benefícios de outros (FONSECA, 1998, p. 8).

Especificamente no setor educacional⁵¹, a equidade aparece nos documentos e nos discursos do Banco com um

51 Segundo Oliveira (2000, p.110), o Banco Mundial começou a investir em Educação Básica a partir de 1974, priorizando as quatro primeiras séries.

sentido contencionista, sendo o grande princípio orientador das políticas educacionais propostas para os países pobres e mais populosos do mundo. A preocupação teve como foco a eliminação da pobreza absoluta. Neste sentido, os índices de pobreza foram reduzidos de forma significativa, buscando-se a harmonia social com vista a diminuir as possibilidades de emergência de conflitos sociais. Como expõe Oliveira (2000, p. 110),

O Banco Mundial acredita que a Educação Básica poderá contribuir para a contenção da pobreza, a partir dos seus reflexos na redução das taxas de natalidade, que viria como resultado do acúmulo de informações e maior inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho.

Conforme expressa o próprio documento do BM ao estabelecer a educação como veículo para o desenvolvimento,

El papel que cumple la educación como vehículo para el desarrollo sostenible de la sociedad, el crecimiento económico y la reducción de la pobreza se está reconociendo cada vez más. Para la mayoría de las unidades familiares el bienestar está determinado en gran parte por los conocimientos de las personas, que son resultado sobre todo de la educación. La fuente principal de las diferencias de nivel de vida entre las naciones son las diferencias de capital humano, las que también son, en gran medida, producto de la educación (BANCO MUNDIAL, 1995a, p. 31)⁵².

52 O papel que cumpre à educação como veículo para o desenvolvimento sustentável da sociedade, para o crescimento econômico e para a redução da pobreza está sendo reconhecido cada vez mais. Para a maioria das unidades familiares o bem-estar está determinado pelo ingresso procedente do trabalho. No entanto, a produtividade do trabalho está determinada em grande parte pelos conhecimentos das pessoas, que são resultado sobretudo da educação. A fonte principal das diferenças do nível de vida entre as nações, são as diferenças de capital humano, as quais também são em grande medida, produto da educação (BANCO MUNDIAL, 1995b, p. 31).

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

A Educação Infantil no Brasil é definida nessa política como uma parcela representativa do capital humano. Investir nas crianças pobres da primeira infância, além de focalizar com equidade, é uma ação considerada discursivamente como o resultado de um futuro bem-estar e desenvolvimento.

Coraggio (1996, p. 86) argumenta que as propostas estratégicas de **focalização** do Banco Mundial para atacar a pobreza explicariam por que o BM, que tradicionalmente direcionou investimentos para a infraestrutura e o crescimento econômico, aparece cada vez mais como uma agência propulsora de investimentos em setores sociais e da reforma do conjunto das políticas sociais, no sentido de prevenir situações politicamente críticas no mundo.

Na Educação Infantil, essa situação se evidencia pela proposta para a infância elaborada pelo Banco Mundial e por outras agências internacionais, como a Unesco, a CEPAL e o BID. Adiantando essa discussão, o documento do Banco Mundial para o Brasil intitulado *Relatório da Primeira Infância: Foco sobre o Impacto das pré-escolas* (2001) expressa a **focalização** “[...] na pré-escola como uma intervenção efetiva no desenvolvimento da primeira infância, especialmente para a melhoria da situação dos grupos mais pobre da população” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 8). Fica notória a presença da Teoria do Capital Humano quando o relatório enuncia que

[...] um programa nacional abrangente de serviços de desenvolvimento da primeira infância pode ser uma forte arma contra a pobreza ao construir o capital humano, um dos melhores investimentos que um país pode fazer em seu desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 8).

Esses dois aspectos, a focalização e a ênfase no capital humano, são apenas exemplos para inaugurar uma discussão que será aprofundada na segunda parte deste livro. Cabe, com isso, enunciar que a Educação Infantil revela as transformações sociais decorrentes das reorganizações do capital mundializado. Essa etapa representa, no cenário mundializado, um setor educacional em que a primeira infância e a pobreza são focos das estratégias políticas, mas não se tem a concepção de que elas são autoras e sujeitos dessa realidade histórica.

Na encenação dessa história os holofotes se voltam para a pobreza, a fim de inserir os desempregados nos setores informais da economia por meio de incentivos de mercado, da criação de instituições sociais e políticas, da infraestrutura e tecnologia necessárias e de investimento do Estado no papel de promotor dos serviços sociais básicos para os pobres - como saúde, planejamento familiar, nutrição e educação primária - com o objetivo de promover a equidade social. Tais condições, como afirma Oliveira (2000, p.111),

[...] são chamadas pelas agências internacionais ligados à ONU, de *equidade social*, e estarão fortemente presentes nos estudos e pesquisas dessas instituições, bem como nas suas referências políticas, na década de 90.

Ao término desta primeira parte, conclui-se que, sendo o capitalismo financeiro uma fase contraditória do capital para a reorganização da crise financeira, as mudanças estruturais no Estado, bem como todas as políticas de ajustes econômicos, fizeram parte do conjunto de resultantes que constituíram a base para a expansão e a manutenção do capital financeiro internacional.

PARTE I - EDUCAÇÃO INFANTIL E O CENÁRIO HISTÓRICO-ECONÔMICO...

A Educação Infantil, inserida no âmbito do capitalismo monopolista, obteve diversos enfoques que determinaram a forma do atendimento à infância no Brasil, diante das contradições imanentes do capital transnacional. Com a regulação econômica ditada pelo mercado internacional, as contradições expressas pela crise de superprodução geraram um quadro de crise de regulações ante as novas reorganizações. A doutrina do neoliberalismo inspirou as reorientações para aumentar a riqueza dos super-ricos mediante a apropriação do excedente. A educação infantil baseou-se nesses ideais, dos quais a política neoliberal propagou receituários com a prioridade no desenvolvimento econômico sustentável.

As políticas educacionais elaboradas na década de 1990 tiveram a intenção de favorecer os interesses econômicos e a contribuir para a reestruturação capitalista. Denotam as estratégias políticas da mundialização financeira, com a influência de determinantes sociais e internacionais que estabelecem os rumos do capital. As agências multilaterais, entre elas o Banco Mundial, impuseram às políticas sociais uma orientação para dar continuidade ao processo do “suposto” desenvolvimento humano, que ocorreu apesar da falência do processo de industrialização e desenvolvimento econômico. A descentralização do Estado, as políticas de focalização e a sugestão política da qualidade expressaram, na política social, uma ação do Estado apenas como promotor dos serviços básicos para os pobres.

Coraggio (1996, p. 77) postula que a bandeira dessas políticas

[...] é investir os recursos públicos ‘nas pessoas’, garantindo que todos tenham acesso a um mínimo de educação [...], compensando conjunturalmente

os efeitos da revolução tecnológica e econômica que caracteriza a mundialização.

Essas medidas são complementos para garantir a continuidade da política de ajuste estrutural econômico no mundo.

Na Educação Infantil, as mudanças ocorridas com a reforma do papel do Estado, enquanto regulador do desenvolvimento, resultaram das estratégias tidas como emergenciais para o metabolismo e a dinâmica do capital diante de uma realidade universal. O Estado tornou-se apenas um promotor dos serviços sociais, apenas estimulou a publicização; todavia, a reforma do Estado, resultante da tentativa de tornar-se competitivo e atrair capitais, utilizou-se de regras que desregulamentaram a economia, minimizaram as barreiras do comércio, tornaram livre o fluxo de capitais, privatizaram e descentralizaram o Estado Nacional. Essa semelhança de enfoque manifestou-se também na Educação Infantil, vista como insumo que contribuiria para a produção de capital humano e, conseqüentemente, de um desenvolvimento econômico sustentável e eficiente no atendimento à pobreza.

Coraggio (1996, p. 98) comenta que

[...] esta função é uma equação na qual o aumento do produto nacional depende da acumulação de capital físico (constituições, equipamentos, etc.), das variações no fator trabalho e de um fator que chamou-se de capital humano.

Destarte, reformar o Estado e (re)formular as políticas educacionais no Brasil foram estratégias que contribuíram para a mundialização do capital internacional, portanto expressaram e significaram as mudanças e a reorganização do próprio capital.